

# Imagens degradantes, conflitos constantes

: os estereótipos travestis do *Jornal da Paraíba* (1990)\*

*Kaline Leandra Barbosa da Silva*

Mestranda em História pela Universidade Federal  
de Campina Grande (UFCG)

*Michelly Pereira de Sousa Cordão*

Professora na Unidade Acadêmica de História da Universidade  
Federal de Campina Grande (UFCG)

## Resumo

Imagens degradantes, conflitos constantes: *prostitutas, criminosas e aidéticas*. Imagens reduzidas ao empirismo de uma imprensa pautada na construção de verdades cristalizadas sobre o modelo ideal de família, moral e sexualidade. Assim se mostrou o *Jornal da Paraíba* impresso durante a década de 1990, quando tratou a questão travesti. O jornal paraibano anuncia e denuncia uma espécie de profanação à ordem social, que seria praticada pelas travestis por meio de conduta *desviante*, relacionando-as aos lugares de erotização, violência e perigo. Com base na historiografia e nas fontes averiguadas, o artigo problematiza os estereótipos de *ser* travesti traçados pelo jornal enquanto dispositivo de poder durante os anos 1990. Empregando a metodologia da análise do discurso, recorreu-se em muitos momentos à utilização do grifo como forma de evidenciar os jogos discursivos traçados pelo jornal. Para um maior aprofundamento nas discussões propostas, a pesquisa se apoiou nos subsídios teóricos desenvolvidos por Foucault, Certeau, Butler, entre outros.

**Palavras-chave** Travesti – *Jornal da Paraíba* – Estereótipo.

## Submissão

12/08/2021

## Aprovação

20/06/2022

## Publicação

31/07/2022

\* Os resultados apresentados neste artigo são base do Trabalho de Conclusão de Curso na área de História, defendido na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), sob a orientação da Profa. Dra. Maria do Socorro Cipriano, com continuidade em nível mestrado.

## Degrading images, constant conflicts : the transvestites stereotypes of *Jornal da Paraíba* (1990)

### Abstract

Degrading images, constant conflicts: *prostitutes, criminals, and those suffering from AIDS*. Images reduced to the empiricism of a press based on the construction of crystallized truths about the ideal model of family, morality, and sexuality. This is how the newspaper *Jornal da Paraíba* showed itself during the 1990s, when it dealt with the transvestite issue. The newspaper announces and denounces a kind of desecration of the social order by transvestites through deviant conduct, relating them to places of eroticization, violence and danger. Based on the historiography and the sources researched, the article questions critically the stereotypes of *being* a transvestite drawn by the *Jornal da Paraíba* as a device of power during the 1990s. Using the methodology of discourse analysis, it resorts to the use of italics as a way to highlight the discursive games played by the newspaper. In order to have a better understanding of the proposed discussions, the research relied on the theoretical contributions developed by Foucault, Certeau, Butler, and others.

**Keywords** Transvestite – *Jornal da Paraíba* – Stereotype.

## Imágenes degradantes, conflictos constantes : los estereotipos travestis del *Jornal da Paraíba* (1990)

### Resumen

Imágenes degradantes, conflictos constantes: *prostitutas, delincuentes y enfermos de sida*. Imágenes reducidas al empirismo de una prensa basada en la construcción de verdades cristalizadas sobre el modelo ideal de familia, moral y sexualidad. Así se mostró el periódico *Jornal da Paraíba* en la década de los 1990, cuando trató el tema de los travestis. El periódico anuncia y denuncia una especie de profanación del orden social por parte de los travestis mediante conductas desviadas, relacionándolos con lugares de erotización, violencia y peligro. A partir de la historiografía y de las fuentes investigadas, el artículo cuestiona críticamente los estereotipos de *ser* travesti dibujados por el *Jornal da Paraíba* como dispositivo de poder durante la década de 1990. Utilizando la metodología del análisis del discurso, recurre al uso de la itálica como forma de resaltar los juegos discursivos realizados por el periódico. Para una mejor comprensión de los debates propuestos, la investigación se apoyó en los aportes teóricos desarrollados por Foucault, Certeau, Butler y otros.

**Palabras clave** Travesti – *Jornal da Paraíba* – Estereotipo.

### Discursos formulados, sujeitas rotuladas: a arte de enquadrar travestis!

**P**rostitutas, criminosas e aidéticas. Imagens reduzidas ao empirismo de uma imprensa pautada na construção de verdades cristalizadas sobre o modelo ideal de família, moral e sexualidade. Assim se mostrou o *Jornal da Paraíba* impresso durante a década de 1990, quando tratou a questão travesti. Os estereótipos, agentes solidificadores de imagens, que têm como principal função a estigmatização, são peças fundamentais nesse processo, definindo e enquadrando identidades travestis à margem da sociedade, imprimindo um código de discursos que faz parte da consciência sistematizada, que materializa em palavras o que se deve *ser* e seguir. Intolerância e generalização fizeram parte desse contexto de produção e reprodução de ideias superficiais baseadas em discursos regulatórios.

Anunciando e denunciando a profanação à ordem social, que seria praticada pelas travestis por meio de conduta *desviante*, o *Jornal da Paraíba* orquestrou a ligação entre elas e os lugares de erotização, violência e perigo. Discursos formulados, sujeitas rotuladas, como mostra Elias Ferreira Veras<sup>1</sup> ao mencionar a formulação da travesti como *ser abjeto* (fruto de desejo e fantasia sexual) através dos discursos publicados entre 1990 e 2000 em *O Povo* e *Diário do Nordeste*, ambos jornais impressos de Fortaleza.

Os truques e métodos previamente pensados pelos *dispositivos da sexualidade*<sup>2</sup> sinalizam a linearidade discursiva inserida no jornal através do acionamento de aparelhos *disciplinares*,<sup>3</sup> que ditam, encaixotam, moldam e produzem sujeitas(os) partindo do pressuposto de que a “verdade absoluta”, detentora de saberes supostamente inquestionáveis, deve ser seguida, pois ela viria para nos “salvar das inverdades”, que rivalizam com uma ordem naturalizada dos gêneros, permitindo o explorar de dualidades marcadas por entrelaçamentos históricos e culturais que se posicionam a favor da exclusão de identidades travestis, corroborando, assim, para o estranhamento e o desmerecimento dessas existências, tornando-as uma espécie de aberrações ambulantes.

As fronteiras entre o aceitável e o inaceitável, propõem sanções punitivas diante de quem subverte a ordem, conferindo lugar de hostilidade e invisibilidade às práticas não hegemônicas. Quando o assunto se volta às travestis, a probabilidade de recusa foi

<sup>1</sup> VERAS, E. F. “Modificações ou notas de uma pesquisa sobre imprensa e travestis em Fortaleza nas duas últimas décadas do século XX”. *Anais do I Seminário Internacional Gênero, Sexualidade e Mídia: Olhares plurais para o cotidiano*, Bauru, SP, 2011.

<sup>2</sup> FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

<sup>3</sup> Idem. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. São Paulo: Vozes, 2015.

intensificada, convertendo-se em violências que marcaram o exercício das interações sociais, transparecendo que “o braço armado da violência alterna com a expressão aparentemente desarmada da chacota e do desdém – a dramática radicalização das fronteiras do preconceito”.<sup>4</sup>

Nesse sentido, com base na historiografia e por meio da discussão de dez notícias, o artigo problematiza os estereótipos de *ser* travesti traçados pelo *Jornal da Paraíba* enquanto dispositivo de poder durante a década de 1990.<sup>5</sup> O critério utilizado para a seleção e análise do material se deu de forma articulada com as intenções primárias da pesquisa e a partir de um levantamento qualiquantitativo,<sup>6</sup> agrupando as notícias que melhor refletissem o arcabouço discursivo impetrado pelo jornal sobre as travestis. Empregando a metodologia da análise do discurso, recorreu-se em muitos momentos à utilização do grifo para evidenciar os jogos discursivos traçados pelo jornal, uma vez que as representações travestis construídas e incorporadas ao sensacionalismo explícito das notícias atendem aos padrões normativamente aceitos e favoráveis para a maioria da sociedade da época.

O *Jornal da Paraíba* foi escolhido como fonte de investigação por seus resquícios de conservadorismo sobre a identidade travesti. Buscou-se compreender, a partir dessas percepções, a ordem dialética que entrecruzam saber e poder em uma lógica que se orienta no controle de corpos tidos como *dissidentes*. Entendendo que a pesquisa demandava olhar para o passado, chegou-se à década de 1990, na qual há uma fragmentação maior de imagens negativas voltadas a esse grupo social em decorrência da AIDS e a comprovação dos primeiros casos na comunidade LGBT no Brasil em meados da década anterior. Percebeu-se também que atos violentos praticados contra travestis ocorreram com grande intensidade nesse período, transformando o Brasil em um dos países que mais matam pessoas LGBT no mundo – fato que ainda se mantém até hoje.

A discussão proposta se estrutura em seis tópicos. O primeiro e presente tópico, “Discursos formulados, sujeitas rotuladas: a arte de enquadrar travestis!”, teve por finalidade apresentar observações gerais quanto à pesquisa a partir de uma introdução entre o lugar de fala do *Jornal da Paraíba* e o lugar onde a travesti é posicionada. O segundo, “Gênero e identidade: uma introdução à travesti”, traz questões relacionadas ao debate em torno do conceito de gênero, além de apresentar observações gerais sobre

4 SILVA, H. R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p. 16.

5 As notícias foram transcritas na íntegra, mantendo a ortografia e a gramática apresentadas no *Jornal da Paraíba*.

6 Sobre isso, observa-se que foram encontradas um total de dezenove notícias publicadas na década de 1980. Por sua vez, a quantidade de publicações sobre o tema cresceu consideravelmente na década de 1990: 48 notícias. Ou seja, um salto extraordinário, que possibilita concluir que estereótipos degradantes voltados à identidade travesti se fragmentaram com mais intensidade naquele período.

a identidade travesti com base em Luísa Marilac e Letícia Carolina Nascimento. O terceiro, “O *Jornal da Paraíba* como dispositivo de poder e produtor de ‘verdades’”, objetivou evidenciar o caráter estratégico do jornal, que, como ator político e ideológico, atuava sobre o discurso. O quarto, “A travesti *prostituta*”; o quinto, “A travesti *criminoso*”; e o sexto, “A travesti *aidética*”, promovem uma análise do discurso de cada uma das notícias selecionadas para a pesquisa, trazendo reflexões sobre elas.

### **Gênero e identidade: uma introdução à travesti**

Buscando não cair em definições absolutas e unilaterais, considerou-se a categoria *gênero* como complexa e de difícil análise. Segundo a historiadora Joan Wallach Scott,<sup>7</sup> o gênero é algo relacional, isto é, passível de construções, desconstruções e reconstruções. A amplitude dessa categoria revela uma descentralização sobre o entendimento unificado do “*ser* mulher” como essência, abrindo caminho para os debates sobre a essencialidade identitária que o cerca, reverberando em pesquisas histórico-sociais, ancoradas na certeza de que a existência de um processo retilíneo para a constituição da identidade de gênero é uma farsa.

Assim, recorreu-se às palavras proferidas por Luísa Marilac<sup>8</sup> ao demonstrar seu incômodo diante da necessidade de rótulos por parte de todos aqueles que, com base em um reducionismo dualista, a questionam: “Travesti é mulher ou homem? Você me questiona. Eu te respondo: por quê? Por que você precisa dessa pergunta? Travesti como gênero autônomo. Travesti porque causa confusão. Travesti porque não é simples para mim também”.

Além de Marilac, as reflexões propostas por Letícia Carolina Nascimento<sup>9</sup> (mulher travesti, negra, gorda e filha de Xangô e Oyá no candomblé ketu, forma pela qual a autora se autodefine) em *Transfeminismo* são importantes para o debate aqui apresentado. Nascimento parte do pressuposto de se pensar a identidade travesti a partir de duas categorias: a de *mulheridades*, compreendida como forma de “[...] demarcar os diferentes modos pelos quais podemos produzir estas experiências sociais, pessoais e coletivas”<sup>10</sup> (como é o caso de Nascimento, que reivindica seu lugar de *mulheridades*); e a de *feminilidades*, compreendida como “[...] os modos pelos quais

7 SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, v. 2, p. 71-99, 1995.

8 MARILAC, L. *Eu, travesti: memórias de Luísa Marilac/Luísa Marilac e Nana Queiroz*. Rio de Janeiro: Record, 2020. p. 17-18.

9 NASCIMENTO, L. C. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

10 *Ibidem*, p. 25.

sujeitas no feminismo dialogam com o que o imaginário social determina como ‘feminino’, e que, a partir desse roteiro cultural, produz cocriações e subversões”<sup>11</sup> (como no caso de Marilac, que reivindica seu lugar de *feminilidades*).

Em geral, é reforçada a real importância de “[...] demarcar que algumas identidades de gênero se reivindicam dentro de uma vivência das feminilidades, mas não se sentem contempladas na categoria mulheridades, como algumas travestis e pessoas não binárias femininas”.<sup>12</sup> Portanto, percebe-se que, seja reivindicando seu lugar de *mulheridades*, seja reivindicando seu lugar de *feminilidades*, as corporalidades travestis irrompem a ordem cotidianamente ditada, debruçando-se sobre a cisgeneridade e desmascarando-a, no passo em que puxa uma a uma de suas camadas, assim como faz o arqueólogo em busca de vestígios que desmantelem o pré-estabelecido, enquanto se mostra, a exemplo do pensamento de Newton citado por Butler:<sup>13</sup>

Em sua expressão mais complexa, [o travesti] é uma dupla inversão que diz que “a aparência é uma ilusão”. O travesti diz [curiosa personificação de Newton]: “minha aparência ‘externa’ é feminina, mas minha essência ‘interna’ [corpo] é masculina”. Ao mesmo tempo, simboliza a inversão oposta: “minha aparência ‘externa’ [meu corpo, meu gênero] é masculina, mas minha essência ‘interna’ [meu eu] é feminina”.

Zombando, confundindo ou se autoprojetando? A citação dá ênfase à travesti, dotada de capacidade para transitar em linhas tênues. Para que isso seja investigado, é preciso explorar conceitos caros para a compreensão da *teoria queer* (que tem origem estadunidense, de meados da década de 1980, e que objetiva desconstruir a naturalização de gênero, tratando-o como uma construção sociocultural). Com forte influência das obras de Michel Foucault, a teoria queer tem seguidores, como a filósofa estadunidense Judith Butler, que, em *Problemas de gênero*, faz críticas maciças à construção de gênero e sexo, desconstruindo o conceito de ambos.

Para Butler,<sup>14</sup> o conceito de *sujeito* é pensado em meio ao constante processo de construção e reconstrução histórica, o que faz com que a *identidade de gênero* passe por um sujeito mutável. Logo, não é possível haver uma corporificação desse gênero, que nada mais é que uma formulação discursiva, assim como o *corpo* e o *sexo*, que, depois de construídos, tornam-se inseparáveis. O conceito de *heteronormatividade*, que abarca a

11 NASCIMENTO, L. C. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 25.

12 Ibidem, p. 25-26.

13 BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 236, grifo nosso

14 Ibidem.

imposição da heterossexualidade, dá espaço ao de *subversão*, que consiste em tudo aquilo que é *outsider*. A filósofa definiu, também, o conceito de *performatividade*, o qual sugere que a sequência de atos corriqueiros torna o indivíduo um sujeito performativo. Segundo Butler, a travesti se encaixa perfeitamente nesse último conceito, já que ela “zomba da ideia de uma identidade de gênero”. Essa performatividade se dá com a construção diária de um gênero. Desse modo,

*esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos.* O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno e externo e, assim, institui a ‘integridade’ do sujeito’.<sup>15</sup>

O ato de se vigiar costumeiramente cria na travesti essa fabricação corpórea, que a torna feminina. Ao passo que muitas travestis (não generalizando) vislumbram uma passabilidade,<sup>16</sup> uma lógica performativa, seguem assim uma linha estabelecida pelo sistema. Como observado por Berenice Bento,<sup>17</sup> percebe-se a relativa importância ocupada pela estética, afinal, “se o corpo é plástico, manipulável, operável, transformável, o que irá estabilizá-lo na ordem dicotomizada dos gêneros é sua aparência de gênero”. Ao mesmo tempo em que a travesti subverte o sistema, ela é construída por ele, já que, além de criar o que se quer ser, ela, ininterruptamente, busca se enquadrar nos padrões.

A notícia “Gato por lebre”, de 3 de janeiro de 1991, publicada no *Jornal da Paraíba*, expressa essa ideia:

Há alguns dias, três vereadores campinenses estavam na barraca do Bode, admirando a beleza e elegância de uma mulher, quando foram advertidos por alguém que se encontrava no local para que não avançasse o sinal, pois se tratava de um travesti. Surpresos, os três não conseguiam esconder o espanto de terem se enganado tão facilmente.<sup>18</sup>

15 BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 235, grifo nosso.

16 Termo utilizado para fazer referência ao reconhecimento de pessoas que transicionaram ou que estão em processo de transição como pertencentes ao gênero no qual se identificam.

17 BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Salvador: Devires, 2017. p. 160.

18 “Calçada: ‘Gato por lebre’”. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, 3 jan. 1991. Opinião.

Na medida em que a travesti se autoprojeta em sua identidade e expressões de gênero, ela confunde e, conseqüentemente, “zomba” dos que pensam fazer parte de uma dinâmica social com bases fincadas no sexo biológico, escancarando a face contraditória do gênero, já que, “[...] a dicotomia natureza (corpo) *versus* cultura (gênero) não tem sentido, pois não existe um corpo anterior à cultura, ao contrário, ele é fabricado por tecnologias precisas”.<sup>19</sup> O fato dos três vereadores, que não tiveram seus nomes divulgados, se surpreenderem são fortes indícios de que o gênero se faz na prática, através de performances.

### **O *Jornal da Paraíba* como dispositivo de poder e produtor de “verdades”**

Fundado em 5 de setembro de 1971 e extinto, em sua versão impressa, em 10 de abril de 2016, funcionando atualmente em versão on-line,<sup>20</sup> o *Jornal da Paraíba* tem como proprietária a Rede Paraíba de Comunicação, afiliada da Rede Globo. Seu principal concorrente no período de fundação foi o *Diário da Borborema* (hoje extinto), fundado em 2 de outubro de 1957, de circulação local (Campina Grande) e de propriedade do paraibano Assis Chateaubriand.

Em 31 de março de 1972, um ano após sua fundação, o *Jornal da Paraíba* circulou em sua versão impressa com um caderno especial no qual enaltecia “a Revolução que salvou o Brasil”, que completava seu oitavo ano. O título, desempenhando papel fundamental na construção de uma ideologia, segue abaixo da imagem de Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici.<sup>21</sup> A “revolução” a qual o jornal se referiu com ar romantizado foi o Golpe de 1964, que instaurou uma ditadura comandada por governos militares, cujo fim se deu em 15 de janeiro de 1985 com a eleição, via Colégio Eleitoral, do presidente civil Tancredo Neves.

Inaugurado no contexto da ditadura, o *Jornal da Paraíba* se encarregou de refletir os anseios e as “conquistas de seu povo”, transparecendo seu lugar de fala e suas vontades de verdade. O jornal se articulou de modo a se beneficiar da conjuntura política nacional, crescendo a passos largos e emitindo os novos ares da imprensa moderna.

19 BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Salvador: Devires, 2017. p. 17.

20 O acervo do *Jornal da Paraíba* está disponível em: <acervo.jornaldaparaiba.com.br/>.

21 LIMA, L. M. de. “História e poder nas páginas de um jornal: 1971/2011”. *Universidade Federal de Campina Grande*, Campina Grande, PB, 19 out. 2011.

Os jornais, de modo geral, como sistemas de poder, lançam mão de algumas artimanhas no intuito de garantir maior aceitação e vendagem, o que nos leva a concluir que,

para provocar, estimular, horrorizar, comover ou abalar leitoras e leitores, tais seriam os temas ideais, em escala hierárquica: primeiro o sexo, depois, a morte, seguidos de destino (catástrofes), dinheiro, tempo, generosidade e piedade (histórias de crianças e animais, em especial grandes sofrimentos, casos absurdos e emocionantes). Manual didático para a prática da profissão e ao mesmo tempo reflexo de práticas jornalísticas vigentes, mais de duas décadas depois da primeira edição de tal obra ainda seria possível perceber nas páginas de um jornal catarinense a validade de seus argumentos.<sup>22</sup>

Essas observações sobre os temas que provocam, estimulam, horrorizam, comovem e abalam, constataam a real necessidade da utilização do termo travesti como peça chave nos principais meios de comunicação impresso. Afinal, como suposta representante do culto ao corpo, a travesti parece então se encaixar perfeitamente com os princípios sensacionalistas sugeridos nos temas ideais. Sendo o sexo e a aparência voltados para a luxúria, o exagero, o apego ao proibido e, como consequência, a morte por “ato infrator” frente à “moral e os bons costumes”.

Se nos séculos XVII e XVIII a Era Clássica encontrou nos castigos corporais um exercício para a *disciplina*, na Modernidade dos séculos XIX e XX, a “regeneração” desses corpos se deu por meio do controle.<sup>23</sup> Porém, no caso da sociedade dos anos 1990, o que parece ocorrer é uma junção de ambas as disciplinas, já que os espancamentos e as mortes servem de “exemplo” para todas(os) aquelas(es) que ousarem solidificar “identidades falsas” e sexualidades *dissidentes*, ainda que essas vontades não se mostrem escancaradamente. Enquanto isso, o controle e a “regeneração” se dão com os tratamentos psiquiátricos e com as normas que impõem limites à sociedade.

É necessário se atentar, portanto, para o que já alertava Foucault:<sup>24</sup> o que seria o discurso, se não uma arma letal, quando praticado de modo a estabelecer parâmetros. “Mas, o que há de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”<sup>25</sup> O perigo se encontra na crença de que nossos discursos são blindados contra a parcialidade, o que não corresponde com a realidade, já que, o lugar de onde parte nossos discursos são reflexos de nossas experiências no mundo.

22 QUEIROZ, I. H. L. de. “Quando a travesti torna-se notícia”. *Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG-Unicentro*, Guarapuava, PR, 2013. p. 268.

23 FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. São Paulo: Vozes, 2015.

24 Idem. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*. São Paulo: Loyola, 1996.

25 Ibidem, p. 8.

José d'Assunção Barros,<sup>26</sup> ao apontar os periódicos como *fontes históricas*, acaba por evidenciar que eles são veículos de comunicação que se sobressaem a intenção primária de veículos de informação. Se o veículo de comunicação parte de uma intencionalidade potencializada pelo teor político, discursivo e ideológico inserido em seu interior, o veículo de informação parte de uma intenção: informar. Montando um arcabouço discursivo ancorado em vontades de verdade, os efeitos de realidade contidos nessas *fontes históricas* desprendidas de toda e qualquer neutralidade se apoia em finalidades que se interligam à tríade jornalística, partindo de um polo editor que, ao interagir com o polo leitor, faz surgir uma mensagem. A mensagem em si, longe do que ingenuamente podemos pensar, não é desinteressada, e, por este motivo, responsabiliza-se por fazer brotar os elos necessários à compatibilidade existente entre aquele que cria o discurso e aquele que concorda ou se identifica com ele.

O que acontece na escolha de uma dada notícia de jornal, por exemplo, antecede a ideia “inocente” de se compor um discurso, apoiado na imparcialidade. Nesse sentido, percebemos que, manipulando os fios do que supostamente seria *ser* travesti, articulando e redirecionando as palavras em jogos perigosos, sempre inseridos no espaço dos confrontos, dos extremos, o discurso do *Jornal da Paraíba*, ainda que sem autoria identificada em muitas notícias, ganhou formas bem específicas. Isso corrobora para o que Barros<sup>27</sup> explícita quando afirma que o jornal, enquanto *fonte histórica*, não pode e não deve ser considerado “fonte realista”, mas um “quarto poder” no campo político e social, lançando forte influência sobre a opinião pública através de seu enraizado conteúdo político, discursivo e ideológico.

### **A travesti prostituta**

A prostituição, sobretudo quando praticada por mulheres cisgêneras e travestis, cartografa tanto o afloramento da sexualidade quanto a prostituição compulsória a qual determinados grupos estão sujeitos. Como prática condenável, a prostituição demarca os espaços desviantes de grande movimento, seja em grandes centros urbanos ou em pequenas cidades<sup>28</sup> como no caso de Campina Grande, Paraíba:

Antes mesmo de completarem a maioridade, sem quaisquer perspectivas de vida, elas são obrigadas a buscar um meio de vida. Mas como? Não estudam, a maioria abandonada

26 BARROS, J. D. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

27 Ibidem.

28 No Brasil, a prostituição é considerada uma ocupação profissional, legitimada, desde 2002, pelo Ministério do Trabalho, não tendo restrições legais, desde que praticada por adultos e sem a intermediação de terceiros.

pelos seus próprios pais. Aquela história: “Engravidei do meu namorado, pai e mãe me jogaram para fora”. A primeira providência [é] correr atrás de um emprego doméstico. Isso não é fácil porque as patroas, com razão normalmente, querem saber de suas qualidades. Batem a primeira, segunda, terceira... portas, nada consegue, *então resta a única chance de conseguir um “dinheirinho” fácil. Fácil para umas, terrível para outras: a prostituição. São aquelas meninas-moças*, umas quatro ou cinco, às vezes mais, que costumam ficar rondando as praças Alfredo Dantas e [Sete] de Setembro, nas imediações das agências bancárias Itaú, [Banco do] Brasil e Caixa Econômica, *à espera de um “freguês” de preferência que possua carro e que, após saciar a fome, fome mesmo, pois o ato sexual não tem importância para elas, possam voltar para casa com algum dinheiro, muitas vezes uma quantia insignificante*, embora elas costumem estipular o preço: duzentos a hum mil cruzeiros ‘Caiu na rede, é peixe’, segundo as menores prostitutas.<sup>29</sup>

O artigo, da jornalista Francinete Silva, carrega estratégias bastante convencionais do jornalismo, associando-se a temas de cunho emotivo, de modo que “caberia ao repórter, portanto, achar, um ponto de interesse, de contato, uma brecha, falar o que chamava de ‘a linguagem do coração’ para atrair a leitura”.<sup>30</sup> Através das palavras *luta* e *sobrevivência*, a reportagem busca arrancar esse lado emotivo do leitor, essa identificação com a causa: “lutar para sobreviver”.

Articulando necessidade e prostituição, a autora explora o perfil das menores de idade sexualmente exploradas, que fazem ponto nas ruas centrais de Campina Grande, reconfigurando a geografia noturna da cidade, dando base de seus ganhos e estabelecendo os motivos pelos quais elas se prostituem. Embora a prostituição gere a rejeição social das jovens, há, por parte da jornalista, solidariedade com essas “meninas-moças”, registrando sua indignação com a “desigualdade” de disputa nos pontos de prostituição, traçando o perfil das travestis e as colocando como concorrentes das mulheres cisgêneras, mesmo que o público, ou a clientela, de ambas, ao que tudo indica, seja distinto:

*Travestis* – Como se não bastasse a difícil vida das mulheres de “vida fácil”, há ainda os travestis para concorrer com a classe. *Na disputa pelos “homens” vale tudo, perucas loiras, roupas coladas ao corpo, bijuterias e muitas outras astúcias*. Cenas como essa podem ser vistas à noite, nas proximidades do Banco do Brasil, em pleno centro da cidade.<sup>31</sup>

A travesti *prostituta*, apresentada pelo jornal, parece dar a entender que tem um “quê” de mistério, pois, nela, parece que todos os desejos são partilhados,

29 SILVA, F. “Luta pela sobrevivência leva adolescentes à prostituição”. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, p. 6, 29 jul. 1990. Cidade. Grifo nosso.

30 QUEIROZ, I. H. L. de. “Quando a travesti torna-se notícia”. *Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG-Únicentro*, Guarapuava, PR, 2013. p. 268.

31 SILVA, op. cit., grifo nosso.

redirecionados. As normas são quebradas com mais vigor, sagacidade. Põe-se em prática a necessidade de se expor mais, de se expor para “ganhar a vida”, exercitando a criatividade e contrariando a *disciplina*<sup>32</sup> com sua *antidisciplina*,<sup>33</sup> tendo em vista que, como mecanismo de poder social, o conceito de *disciplina*, ou de *estratégia*, está com a *antidisciplina*, ou a *tática*, mostrando que as ações das fracas (travestis) em oposição aos fortes (o Estado e a sociedade em geral), além de criativa (como o uso das perucas pelas travestis) é oportunista e, por esse motivo, amplia seus espaços, usufruindo das praças e arredores das agências bancárias, praticando seu comércio ilegal do sexo. Assim, por vezes, a *tática* consegue se sobressair à *estratégia*, à medida que se reinventa e subverte o sistema, burlando os manuais ao sair da zona das *estratégias* para a das *táticas*.

Entretanto, essa reinvenção não consegue impedir a existência de uma divisão social de cunho sexual, inserida no próprio espaço de marginalidade estabelecida às travestis, já que elas são colocadas no patamar de inferioridade perante àquelas que já têm esse papel na sociedade. O movimento discursivo do jornal leva a crer, a partir de estratégias previamente estabelecidas, que a travesti se põe à mercê dos perigos da prostituição por prazer, vontade,<sup>34</sup> enquanto as “meninas-moças” o fazem por necessidade, “para terem ao menos o que comer, ou ajudar em casa”. Sobre isso, Nascimento<sup>35</sup> fala:

A grande questão é que, para muitas, essa é a única opção de trabalho, já que os empregos formais excluem travestis e transexuais não apenas por conta da transfobia estrutural, mas também pelo fato de elas não terem componentes mínimos exigidos em muitos empregos, tais como o ensino médio completo.

O preconceito latente no espaço escolar é exposto por Megg Rayara de Oliveira<sup>36</sup> – primeira travesti negra doutora em Educação no Brasil – em *O diabo em forma de gente*. Nele, Oliveira conta suas experiências, demarcando a atuação dos sistemas disciplinares, sua rigidez e operacionalização, que demoniza a existência das travestis, afirmando que a branquitude, a cisgeneridade e a heterossexualidade são o padrão escolar.

32 FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. São Paulo: Vozes, 2015.

33 CERTEAU, M de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

34 Através da metodologia da história oral, a pesquisa atualmente em desenvolvimento na pós-graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que tem por finalidade compreender quais são as consequências dos estereótipos aqui apresentados na vida das travestis em dias atuais, demonstra em relatos que a prostituição praticada por esse grupo ocorre de forma compulsória, uma vez que são negadas a elas muitas oportunidades de emprego.

35 NASCIMENTO, L. C. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 178.

36 OLIVEIRA, M. R. G de. *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Salvador: Devires, 2020.

Os sucessivos atos de violência social, somados em muitos casos a rejeição por parte da família, levam às ruas travestis que, sem apoio e oportunidade melhor, recorrem à prostituição como meio de sobrevivência.<sup>37</sup> Vale salientar, no entanto, que a prostituição não é fenômeno restrito a pessoas em situação de miserabilidade. A relação entre as travestis e as(os) demais sujeitas(os) com a prostituição pode se ocorrer das mais variadas formas, além do fato de que muitas dessas variantes têm como base a falta de oportunidade – o relato de Marilac<sup>38</sup> e sua frustração com os “risos mal contidos” e os currículos rasgados pelas atendedoras de agências de emprego exemplificam isso.

A travesti doutora em Crítica Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e putafeminista, Amara Moira, consegue de modo objetivo e com relatos pessoais trazer perspectivas outras ao debate ao explorar sua relação com a prostituição. Para ela, a prostituição se mostra da seguinte forma: “Dar prazer foi meu destino amargo, dar, mas também receber. E se sentir prazer naquilo com que se trabalha for critério pra escolher profissão, a minha já estava escolhida. E se eu fosse puta? Bom, agora eu era”.<sup>39</sup>

Quanto às divisões entre as zonas de prostituição e a inserção das travestis nessas zonas, Lopes,<sup>40</sup> em artigo sobre as relações socioespaciais estabelecidas na prática da prostituição travesti em Presidente Prudente, São Paulo, conclui que “a disputa por território onde as travestis estão inseridas no seu cotidiano também se expressa como luta pela própria vida; por acesso à cidade da qual são excluídas”. A repulsa estabelecida para com essas identidades marginaliza suas existências, enquadrando seus corpos no campo da abjeção, retirando-lhes o acesso a outras possibilidades por meio da construção discursiva erotizada.

Para o geógrafo humano Rogério Haesbaert, a dupla conotação de território consiste em seu caráter material e simbólico. Segundo ele: “Território assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”.<sup>41</sup> Assim, percebe-se que o poder

37 Para um maior aprofundamento dessas questões, ver o dossiê *Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*, elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), publicado em 29 de janeiro de 2022.

38 MARILAC, L. *Eu, travesti: memórias de Luísa Marilac/Luísa Marilac e Nana Queiroz*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

39 MOIRA, A. *E se eu fosse pura*. São Paulo: Hoo, 2018. p. 29.

40 LOPES, M. V. C. Territorialização e contexto histórico da prostituição travesti em Presidente Prudente-SP: uma abordagem a partir do bairro Vila Nova e Jardim Jabaquara. *Revista Geografia em Atos*, v. 1, 1995. p. 99-100.

41 HAESBAERT, R. “Da desterritorialização à multiterritorialidade”. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo, 2005. p. 6774.

simbólico de apropriação das travestis junto às zonas é claramente deslegitimado pelo jornal, ao fazer um paralelo entre aquelas que devem ocupar esses territórios e aquelas que não devem nem mesmo estar ali.

As subdivisões e as relações sociais estabelecidas nesse meio, que o jornal não apresenta, também está presente. Distribuídos os pontos entre zonas de mulheres cisgêneras e zonas de travestis, essa divisão acontecerá também nos núcleos de cada uma dessas zonas, como enfatiza Guerra<sup>42</sup>:

Ao conversar com Cláudia, ela nos falou sobre a demarcação de território feita no posto fiscal no qual elas fazem programa, a demarcação de territorialidade assemelha-se com a etnografia que Don Kullik faz em Salvador, em que ele descreve a demarcação de território feitas pelas travestis na Bahia, essa prática também é realizada com as travestis da Paraíba. Para uma travesti *nova no pedaço* fazer programa tem que pagar, nem que seja um jantar para as travestis veteranas.

Essa demarcação de territórios<sup>43</sup> também se dá em outros moldes, como a seleção entre *feiura* e *beleza*, já que o retoque isolado da construção de si produz sonhos, produz a “*travesti exportada*”,<sup>44</sup> que sai do anonimato das ruas para ganhar o mundo em busca de um *status* que lhe permite fazer parte, ser aceita, ainda que lá, bem longe do que ela realmente quer, do seio familiar que a renegou, do apoio que só é encontrado entre uma zona e outra, fazendo brotar amizades, afinidades, ainda que sobre elas se abatam uma vigilância constante.

Na coluna Opinião, do jornalista Alexandre Garcia,<sup>45</sup> está a seguinte epígrafe: “A cólera vem aí”, referência aos males dessa doença, que chegava com tudo ao Brasil em 1991, dizimando e causando alvoroço. Embora tenha registrado seus primeiros casos na cidade de Benjamin Constant, Amazonas, a maior incidência da doença foi constatada na região Nordeste, em abril daquele ano. Nele, o autor se atém aos fatores causadores da doença, suas consequências políticas, sociais e econômicas, o que facilita a discussão sobre o tema e sua ligação com a travesti.

42 GUERRA, V. A. “Do cotidiano à rua, variações do ‘ser’ travesti: litoral norte da Paraíba”. *PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, n. 3, p. 71-82, dez. 2010. p. 77-78, grifo do autor.

43 Embora a pesquisa de Guerra seja de 2010, é possível dizer que essas divisões, ou subdivisões, são advindas de períodos anteriores. Em *Travesti: a invenção do feminino* (Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993), o historiador e antropólogo Hélio Raymundo Silva, em pesquisa de campo na Lapa carioca com as travestis que lá faziam ponto, atentou para isso, fornecendo inclusive detalhes de como se davam essas questões.

44 Sobre a presença de travestis em países estrangeiros para a prática de prostituição ver: AZEVÊDO, C. L. “*O amor ainda está aqui*”: processos de subjetivação, microterritórios e corpos em narrativas de sexualidade em Campina Grande-PB. Dissertação (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2015; MARILAC, L. *Eu, travesti: memórias de Luísa Marilac/Luísa Marilac e Nana Queiroz*. Rio de Janeiro: Record, 2020; SILVA, H. R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

45 GARCIA, A. “A cólera vem aí”. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, p. 2, 23 abr. 1991. Opinião.

Mais de um médico sanitarista me garantiu que *a cólera vai nos pegar*. É o preço da miséria, da subnutrição, da falta de higiene, da falta de hábitos civilizados de limpeza e alimentação. [...] Do ponto de vista político, social e econômico, os males da cólera são maiores e mais duradouros. Um país com cólera se torna mais ou menos um pária na comunidade internacional. *Se já desconfiavam dos brasileiros como trambiqueiros ou travestis no exterior, agora a desconfiança não vai movimentar apenas a polícia dos aeroportos, mas também as autoridades sanitárias*: cada brasileiro se tornaria suspeito de portador da cólera, assim como, para nós, hoje, cada peruano é suspeito.<sup>46</sup>

Enumerando os motivos que levam à contaminação da doença, destaca-se também a população mais atingida pela cólera: pessoas de baixa renda, sobretudo da periferia. Entretanto, para Garcia, parece interessar mais os danos causados fora do país do que dentro dele, já que, ao longo do artigo, ele ressalta as possíveis visões dos empresários estrangeiros e suas parcelas de desconforto ao saberem dessa epidemia – além de traçar uma conexão entre as travestis e a desconfiança da polícia dos aeroportos.

Com uma imagem negativa no exterior, a “trambicagem” de seus cidadãos, os brasileiros sofreriam da mesma rejeição da travesti, colocada como pária – termo evidenciado no artigo: “Nordestinos, uns párias”.<sup>47</sup> Nesse sentido, ao sair de um país considerado como pária pela comunidade internacional, também em razão da cólera, a travesti sai dele – lugar onde já não é aceita –, para alçar novos voos, na maioria das vezes, fincadas na prostituição. Assim, o próprio termo travesti parece ser concebido, de acordo com o discurso jornalístico, como uma cólera, que corrói a sociedade brasileira.

### ***A travesti criminosa***

A representação da travesti *criminosa* no *Jornal da Paraíba* fortalece as imagens conflituosas e negativas dela, de modo a incitar nos leitores o pensamento de que “uma travesti sempre vai permitir um curso de inversão”, de acordo com suas necessidades, dando a entender que a “fúria travesti” está à espreita, aguardando uma oportunidade para agir. Essa suposta fúria, que corrompe a barreira entre os “dois lados”, apresentada pelo jornal, é vista na página Policial, que estampava a seguinte notícia: “‘Travesti’ estrangula vizinho”.<sup>48</sup> Anônimo, o artigo detalha o crime – como o objeto utilizado para ocasionar o assassinato e o trajeto da acusada –, que aconteceu no município de

46 GARCIA, A. “A cólera vem aí”. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, p. 2, 23 abr. 1991. Opinião. Grifo nosso.

47 “Nordestinos, uns párias”. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, 30 mar. 1988.

48 “‘Travesti’ estrangula vizinho”. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, 14 nov. 1993. Policial.

Ingá, Paraíba, praticado “pelo travesti” (termo utilizado pelo jornal) Carlito Nunes da Silva e presenciado por um vizinho.

*Encapuzado e trajando vestes femininas, o desocupado Carlito Nunes da Silva, 32 anos, solteiro que reside na rua Nova do Cruzeiro, município do Ingá, estrangulou na madrugada de ontem o seu rival[,] Paulo Barbosa da Silva, 39, que foi encontrado dormindo pelo criminoso Carlito, preso e autuado em flagrante pelo delegado Alânio Coracique Coelho Oliveira. O acusado utilizou uma corda de sisal de aproximadamente cinco metros para eliminar a vítima que mantinha um relacionamento amoroso com sua mãe. O crime causou revolta aos moradores de Ingá, uma vez que Paulo Barbosa[,] enforcado, foi arrastado pelo criminoso que estava de vestido e uma máscara. Um vizinho que assistiu ao crime foi surpreendido por Carlito Nunes[,] que resolveu tirar o capuz e lhe proibiu de denunciar o fato à Polícia sob ameaça. Ainda no local do crime, na sua própria casa, o criminoso foi preso e autuado em flagrante, estando à disposição da Justiça da comarca do Ingá.<sup>49</sup>*

Quando o jornal se refere à figura da acusada, através de seu nome de registro, explicita a recusa dela, que, embora se identifique com o gênero feminino, não é reconhecida socialmente como tal, o que evidencia a atuação do jornal como reprodutor de estruturas sociais. Como enfatiza Leite:<sup>50</sup> “É a ideologia que regula os sentidos possíveis para o sujeito em determinadas condições de produção discursivas”. Quanto ao termo *travesti*, utilizado no título, e suas aspas aparentes, parecem esboçar um questionamento por parte do jornal, cogitando, ainda que imperceptivelmente, que as vestes usadas pela acusada “poderiam até ser femininas, mas essa feminilidade não condiz com suas atitudes”, pois o artigo sugere que o requinte de crueldade com que praticou o assassinato mostra que não se trataria de uma mulher cisgênero, mas de “um travesti”. Nesse sentido, o jornal tende a seguir padrões que têm como enquadramento uma lógica que aponta diferenças entre traços e gestos tidos como masculinos e femininos.

Ela mata, rouba, mente: ela é a travesti *criminosa* do *Jornal da Paraíba*. Nela, todos os desvios de comportamento são lançados, os estereótipos são fortalecidos, evidenciados. Assim se mostra a visão do jornal para com as travestis, que estampam com frequência a página Policial.

Em uma manhã de domingo, o *Jornal da Paraíba* trouxe a seguinte notícia: “Tenente é assassinado durante assalto”.

49 “‘Travesti’ estrangula vizinho”. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, 14 nov. 1993. Policial. Grifo nosso.

50 LEITE, E. S. “O discurso da mídia e a homossexualidade”. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 24, n. 48, p. 257-281, 2014. p. 265.

O tenente reformado do Exército Geraldo Pereira dos Reis foi assassinado em casa na noite da última sexta-feira depois de tentar defender o filho[,] que chegava em casa rendido por dois assaltantes. O crime aconteceu no bairro dos Estados[,] em João Pessoa, por volta da meia-noite. O filho do tenente, o comerciante Gladson dos Santos Reis[,] vinha da casa da noiva e parou num posto de gasolina na avenida Epitácio Pessoa para comprar cigarros. Depois[,] ele seguiu na contramão, pela calçada em direção ao bairro de Tambauzinho, quando voltava para casa no bairro dos Estados. *O comerciante acabou sendo abordado por um travesti, sob o pretexto de acender um cigarro[,] quando um homem se aproximou e anunciou o assalto.* Os dois pegaram a carteira de Gladson dos Santos, com talão de cheques, documentos e dinheiro, além de um cordão de ouro, e *pediram que a vítima os levassem [sic] para casa dele, onde pegariam mais dinheiro.* Chegando em casa, na avenida Espírito Santo, Gladson pediu socorro após ter entrado em casa acompanhado do travesti, enquanto o outro assaltante esperava do lado de fora. O pai do comerciante assistia televisão com a mulher, quando ouviu o pedido do filho. Geraldo Pereira dos Reis saiu com uma espingarda calibre 12, mas a arma estava travada e o assaltante acabou atirando contra ele, depois de ter se assustado. Um dos tiros disparados atingiu o peito do tenente, que foi levado às pressas para o hospital Samaritano, morrendo pouco tempo depois. Gladson dos Santos prestou depoimento na 3ª Delegacia Distrital à delegada Gilvanira Lianza. Ela informou na manhã de ontem que a polícia não tem nenhuma pista dos assaltantes, mas acredita que eles devam ficar afastados da área por muito tempo. *Segundo a descrição dada pelo comerciante na delegacia, o travesti estava vestido com um vestido preto colante e jaqueta. O homem que o acompanhou no crime é moreno, estatura média e de bigode ralo.*<sup>51</sup>

A continuação do caso de latrocínio seguiu um padrão de divergência existente entre o filho da vítima e a acusada. Dois dias separam a primeira notícia da segunda, intitulada: “Polícia prende acusado de matar tenente”,<sup>52</sup> separando, conseqüentemente, uma versão da outra. Enquanto o comerciante atribuiu o assassinato de seu pai a travesti de nome Aldecarlos Cordeiro dos Santos (forma com a qual o jornal se refere à acusada), presa pelas polícias Civil e Militar em 3 de setembro de 1995, a acusada por sua vez negou a acusação. Chama a atenção o posicionamento da notícia, que ganha demasiado destaque através de letras relativamente grandes em seu enunciado, que vai de um extremo a outro da página.

Em depoimento, a acusada informou à polícia que, embora estivesse presente no momento do assassinato, o responsável pelo disparo que matou o tenente foi seu amigo, George Soares Alves. Além disso, a travesti afirma que foi à casa do comerciante com a intenção de receber um programa que ele lhe devia:

51 “Tenente é assassinado durante assalto”. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, p. 7, 3 set. 1995. Grifo nosso.

52 “Polícia prende acusado de matar tenente”. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, p. 7, 5 set. 1995.

No depoimento, Aldecarlos[,] que se diz homossexual assumido, garante que foi à casa do tenente receber R\$ 50,00 que o filho do militar estava lhe devendo de um programa que fizeram. “Eu fiz um programa e queria só o meu dinheiro, então ele me levou e armou uma cilada comigo”, reafirmou ele em entrevista.<sup>53</sup>

O jornal tratou o caso como resolvido, defendendo o comerciante com frases de efeito, como: “A notícia pegou de surpresa Gladson Santos, filho do militar assassinado. Ele mostrou marcas de coronhadas de revólver que levou durante a ação dos dois homens contra ele e reafirmou que tudo aconteceu durante um assalto”.<sup>54</sup> Tomando partido, o jornal descartou a versão da acusada, dando por finalizado o caso e evidenciando o relacionamento que a vítima mantinha com sua noiva (uma mulher cisgênero).

A resolução do caso se deu a curto prazo. No entanto, isso não acontece quando o assunto trata dos atos violentos, praticados contra as travestis. Sobre as arbitrariedades dirigidas a pessoas travestis pelo sistema judicial na década de 1990, o historiador e ativista dos direitos LGBT James Naylor Green<sup>55</sup> afirma:

O sistema judicial também apoia estas ações arbitrárias contra travestis. Em outubro de 1994, o Tribunal de Justiça Militar reduziu a sentença de Cirineu Carlos Letang da Silva, ex-soldado da Polícia Militar condenado por assassinar o travesti Vanessa. O juiz que reduziu a sentença de 12 para 6 anos explicou que os travestis são perigosos. Vanessa foi atingida por tiros no nariz e nas costas.

Atualmente, pouco parece ter mudado em relação aos anos 1990, pois o espancamento e a morte de Dandara dos Santos, travesti brutalmente torturada e assassinada por doze homens, entre eles, cinco adolescentes, em fevereiro de 2017, em Fortaleza, e a morte de Roberta da Silva, travesti de 32 anos, que teve seu corpo queimado por um adolescente enquanto dormia, em pleno centro de Recife, em 24 de junho de 2021, retomam discussões que insistem em ser esquecidas. Quantas Dandaras, Vanessas e Robertas não são mortas, espancadas, abusadas e atravessadas por discursos transfóbicos, em todo o decorrer do ano, em Fortaleza e em Recife, bem como nas demais regiões do país? É inconcebível se deparar com casos que incitem a continuidade e a crescente identificação com os acusados. Mortes, como as de Dandara, Vanessa e Roberta, são noticiadas e esquecidas com o passar do tempo, transformam-se em estatísticas, tornando o Brasil o país que mata mais travestis e transexuais no mundo – a década de 1990 apontava os mesmos dados.

53 “Polícia prende acusado de matar tenente”. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, p. 7, 5 set. 1995.

54 Ibidem.

55 GREEN, J. N. “‘Mais amor e mais tesão’: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis”. *Cadernos Pagu*, v. 15, 2000. p. 288-289.

Segundo Flávia Biroli:<sup>56</sup>

A violência contra gays, lésbicas e transexuais, por sua vez, ancora-se no entendimento de que existem formas corretas de amar e de se relacionar com outras pessoas, enquanto outras formas constituiriam desvios que marcam os indivíduos negativamente e os incluem, por conseguinte, no grupo de pessoas que podem ser violentadas e torturadas. Afirma-se a superioridade de determinadas identidades ao mesmo tempo que se promove a desvalorização das vidas construídas como seu “outro”.

Os questionamentos postos por Mbembe,<sup>57</sup> adequam o conceito de soberania dentro dos limites necessários ao entendimento do real papel do Estado como figura que confere a si mesmo o poder sobre os corpos, gerando um *biopoder* (responsável pela regulação da população) e uma *biopolítica* (responsável pelo fazer morrer dessa mesma população). Conforme problematiza Foucault,<sup>58</sup> o biopoder e a biopolítica são os responsáveis por gerir a vida e as forças vitais na produção, fragilizando a capacidade política de resistência, silenciando e individualizando a morte. Nesse sentido, a categoria de *necropolítica* proposta por Mbembe nada mais seria que um complemento da *biopolítica* foucaultiana, que, por meio da morte e seu *necropoder*, faz um paralelo entre as fronteiras dos corpos que devem ser violados e atravessados pela morte como assombro perpétuo, que ecoa dia após dia, e os corpos que não devem nem mesmo ser tocados ou olhados, já que eles são blindados de todos os lados, de todas as formas e em todas as circunstâncias.

São muitas as violências sofridas pelas travestis e pelas transexuais. Em 29 de janeiro de 2022 – Dia Nacional da Visibilidade Trans, data instituída no Brasil em 2004 –, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) publicou dossiê com levantamento das violências e dos assassinatos sofridos pelas travestis e transexuais no Brasil durante 2021. O dossiê foi coordenado, pesquisado e analisado por Bruna Benevides, primeira mulher trans na ativa na Marinha do Brasil. Em geral, o panorama apresentado é ruim. Pelo 13º ano consecutivo, o Brasil continua sendo o país que mais mata travestis e mulheres trans no mundo. Quando contabilizados, o total de assassinatos ocorridos em 2021 são de 140 pessoas trans, entre estas, 135 travestis e mulheres transexuais, e 5 homens trans e pessoas transmasculinas, aumento de 14% quando comparado com 2008.

56 BIROLI, F. “Aborto, sexualidade e autonomia”. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 166.

57 MBEMBE, A. “Necropolítica”. *Arte e Ensaios: Revista do PPGAV-EBA-UFRJ*, n. 32, p. 123-151, 2016.

58 FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

**A travesti *aidética***

Talvez, entre todas as imagens de perigo atribuídas à travesti, a da *aidética* seja a mais temida pela sociedade paraibana. Percebemos que foi através de transcrições de jornais nacionais que o *Jornal da Paraíba* ampliou seus estereótipos travestis. Assim, evidencia-se a interferência em relação ao tema e a necessidade de conservar discursos e posições pré-estabelecidas mediante a travesti.

O contexto histórico e social em que as travestis e os homossexuais estavam inseridos na década de 1990 era absurdamente complexo. O perfil existente entre essas(es) sujeitas(os) e o HIV foi traçado pela imprensa em geral, não havendo distinção entre uma(um) e o outro, como manifesta Queiroz<sup>59</sup> ao relatar os discursos do jornal *Diário Catarinense* sobre a travesti Silvana, presa na cadeia pública:

a capa do jornal prometia *revelações do presidiário aidético*. Silvana passou a ser chamada de travesti com aids ou aidético, e a notícia afirmava que ela temia retornar ao presídio e ser assassinada por outros detentos, pois havia mantido relações sexuais com, no mínimo, 11 outros detentos, que[,] segundo ela[,] a ameaçaram com barras de ferro para consumir o ato.

Leite<sup>60</sup> também reitera essas questões ao dizer: “Como os primeiros sintomas da doença foram constatados em homossexuais, a mídia passou a divulgar a imagem do homossexual como ‘grupo de risco’” (tais observações estendem-se a pessoas travestis). Vale dizer, que foi através do discurso médico, religioso e legal que essa onda de preconceito ganhou mais força. O discurso médico buscou o conhecimento desse corpo ao seu avesso, penetrando sua carne e classificando-a como agente transmissora de doenças em potencial. Já o discurso religioso encontrava nessa doença uma resposta do divino a essa dita promiscuidade, a chamada “peste gay”, tendo seus primeiros casos, registrados no Brasil, na comunidade LGBT, no ano de 1982 e, na Paraíba, no ano de 1985. Por fim, o discurso legal se utilizava de múltiplas artimanhas, para controlar e combater aquilo que eles chamavam de vadiagem.<sup>61</sup>

Segundo os padrões heteronormativos, a aids, a travesti e a promiscuidade andam de mãos dadas. Em grande medida, isso ocorre pelo fato de a travesti ser ligada a uma imagem de cunho sexual explícita, caso em que a sexualidade é concebida como lugar de

59 QUEIROZ, I. H. L. de. “Quando a travesti torna-se notícia”. *Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG-Unicentro*, Guarapuava, PR, 2013. p. 271.

60 LEITE, E. S. O discurso da mídia e a homossexualidade. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 24, n. 48, p. 257-281, 2014. p. 271-272.

61 Relatos de Silva em *Travesti: a invenção do feminino* (Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993) e de Queiroz em *Quando a travesti torna-se notícia* (*Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG-Unicentro*, Guarapuava, PR, 2013), explicitam que, por vezes, policiais retiravam as travestis de suas zonas de prostituição para fazerem limpeza nas delegacias através de coerção física e psicológica.

perigo. Dessa forma, a ideia de um corpo sem lei, sem dono e, portanto, promíscuo, faz com que as campanhas de combate à aids tenham alvos específicos: as travestis e os homossexuais, uma vez que a relação com uma(um) portadora(or) do HIV significa se relacionar com doenças psicopatológicas, reforçando a “promiscuidade” e a “sexualidade anormal”.

Essa “anormalidade” no jeito de se relacionar, difundida através dos *dispositivos da sexualidade*,<sup>62</sup> promoveu verdadeira caça às bruxas, que culminou com a formulação de grupos de risco, sofrendo uma série de variações desde os primeiros casos notificados em 1980 até 1997. Se antes a grande maioria dos infectados com o HIV correspondia à população com maior instrução intelectual, anos depois, foi à população com baixa ou nenhuma instrução que passou a ser objeto de preocupação da saúde pública.

Visando promover a campanha de 1997 do Ministério da Saúde, o *Jornal da Paraíba* estampou na página Saúde de 22 de dezembro de 1996 a seguinte mensagem: “Campanhas visaram população de baixa renda em [19]97”.

Em 1985, os portadores de aids que haviam completado o 2º grau continuavam sendo maioria: cerca de 76% dos infectados. Nove anos depois[,] a situação havia se invertido e em 1994 os infectados e analfabetos ou com nível de instrução primário já eram 69% do total de portadores do vírus HIV no Brasil. *Entre os grupos considerados “alvo” da nova campanha do Ministério da Saúde, estão garimpeiros, presidiários, migrantes, analfabetos, prostitutas, travestis e garotos de programa.*<sup>63</sup>

Desconhecida e avassaladora, a aids foi combatida junto àquelas(es) que supostamente a “proliferaram”.<sup>64</sup> Na década de 1990, a morte em decorrência da aids de personalidades nacionais e internacionais consagradas, como dos músicos Freddie Mercury, Cazusa e Renato Russo; do escritor, jornalista e dramaturgo Caio Fernando Abreu; do sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho, entre outros, notabilizou a gravidade da situação por meio de aparições na mídia e, sobretudo, por assumirem publicamente sua homossexualidade.

Contudo, havia também o pavor e a resignação em falar da aids, consequências de um medo ainda maior, em especial das travestis; o medo do estigma que as marca e as sepulta em vida. Parece então que, nos lugares mais “improváveis”, a aids é capaz de se fazer presente. É isso que mostra o *Jornal da Paraíba*:

62 FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

63 “Campanhas visaram população de baixa renda em [19]97”. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, p. 10, 22 dez. 1996. Saúde. Grifo nosso.

64 No filme *Serra Pelada* (2013), de Heitor Dhalia, sobre a corrida pelo ouro no maior garimpo a céu aberto do Brasil dos anos 1980, é retratada cena na qual um grupo de travestis são expulsas do local em razão da explosão dos casos de aids, noticiados nos jornais de grande circulação do país, promovendo o pânico entre aqueles que mantinham algum tipo de relação com os grupos sociais estigmatizados como agentes transmissores dela.

*Londrina – O índio guarani Roberto Moraes, de 32 anos, morreu de aids, na terça-feira[.] dia 14, no Hospital Universitário de Londrina, no Paraná. O corpo foi sepultado dia 15, na aldeia Laranjinha, próxima de Santa Amélia, a 150 quilômetros de Londrina. Moraes estava internado desde o último dia 2 de janeiro, quando foi removido da reserva, em dezembro, época em que começou a apresentar os sintomas da doença. Ele havia retornado há dois anos de São Paulo, onde vivia como o travesti Flávia.*

O administrador da Fundação Nacional do Índio, a Funai, em Londrina[,] Vlamir Antônio da Silva, acompanhado de uma equipe de agentes de saúde, foi para conhecimento do fato e se Moraes manteve algum envolvimento com os índios da reserva. Os funcionários da Funai não gostaram do fato – de ter sido divulgado pela imprensa. O técnico agrícola Wilson Moreno disse que o “assunto era delicado” e que somente a direção da Funai poderia dar maiores informações. A Agência Estado apurou que Moraes nasceu na cidade de São Paulo e era filho de uma índia Guarani da reserva de Laranjinha com um branco. Sua mãe foi para São Paulo com 15 anos de idade, onde se casou.<sup>65</sup>

A matéria relata um caso de aids entre os índios da comunidade da aldeia indígena Laranjinha, em Londrina, Paraná, publicada no *Jornal da Paraíba* em 18 de fevereiro de 1992. A matéria chamou atenção pelo destaque do enunciado: “Índio travesti morre de aids na reserva”, associando as palavras “índio”, “travesti” e “aids”, além da localização da notícia, que, de forma estratégica, está no centro da página. Essa junção, embora pareça ser inocente, não o é! Os indígenas formam um grupo “isolado” da sociedade. Assim, o índio retratado no artigo é aquele que está à mercê dos males da aids, provocada pelo homem branco e seus costumes, gerando temor na reserva.

O jornal nos impele então a concluir que outros valores estão sendo incorporados, pouco a pouco, na mais isolada comunidade, sobretudo quando o índio se afasta de seu povo para viver na cidade grande, lugar de perigo, de desordem, onde se tornou travesti. É como se esse caminho da sexualidade e da identidade de gênero, que diverge do padrão social estabelecido, tivesse sido sua perdição. O medo dessa “perdição” fez com que o contato social passasse a ocorrer de modo mais contido, com reservas e observações, seja no sexo, em que o desprendimento das convicções, sexualmente impostas, está presente, seja cotidianamente. Todos os receios são traduzidos em algumas frases: “medo da aids”; “medo da morte”; “medo do desconhecido”; “medo da travesti”.

Curiosamente, percebe-se que a travesti *aidética* dá lugar a outra imagem de travesti. Como complemento, surge a travesti *violentada* ou *assassinada* por consequência da homofobia desenfreada.<sup>66</sup> Evidencia-se também uma militância

65 “Índio travesti morre de aids na reserva”. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, p. 2, 18 fev. 1992. Variedades. Grifo nosso.

66 Termo costumeiramente utilizado na época para se referir à violência sofrida por pessoas travestis.

travesti, que questiona a marginalização de seu lugar social, de seu ser e do próprio conceito que se tem sobre elas. Essa travesti “morrerá” para renascer como a fênix, para perceber que é preciso uma organização, para uma efetiva diminuição nos crimes praticados contra elas, afinal:

os travestis tornaram-se alvo fácil para atentados praticados por bandos homofóbicos na periferia das grandes cidades e a justificativa é quase sempre a de que os travestis disseminariam a aids na população e[,] por isso[,] devem ser instintos.<sup>67</sup>

Depois do surgimento da aids, a violência contra as travestis passou a ser comum, assumindo lugar de extermínio nos grandes centros. Mesmo diante disso, em todo o decorrer da década de 1990, nenhuma matéria no *Jornal da Paraíba* relatou casos de violência ou assassinatos cometidos contra travestis em território paraibano. Pelo contrário, o jornal se apropriou de outras notícias para abordar o assunto.

Com o enunciado “Policiais procuram suspeitos de matar travestis”, o *Jornal da Paraíba* publicou nas páginas policiais a seguinte notícia referente à cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul:

Campo Grande – A Polícia Civil de Dourados (215 km de Campo Grande – MS) identificou e está à procura de Paulo Sergio de Oliveira, 22, suspeito de matar três travestis na cidade e dez em São Paulo.

[...] Anteontem à noite, as polícias Civil e Militar fizeram buscas na cidade, após um travesti ter reconhecido Oliveira próximo a um “ponto” de prostituição. Testemunhas ouvidas pelo delegado Roberto Queiroz, 35, disseram que Oliveira afirmava ter matado dez travestis em São Paulo entre os anos de 89 e 94. Um parente do suspeito, de nome mantido em sigilo, afirmou ao delegado que Oliveira recebia de “alguns amigos” R\$ 100 por cada travesti morto.

[...] Sobre os crimes ocorridos em Dourados, a polícia encontrou testemunhas que acusam Oliveira. A morte mais recente ocorreu no último dia 2. A testemunha disse que viu o acusado atirar contra Oziel Inácio da Silva, 35, “Jéssica”, em frente à sua casa no Jardim Climax. Os outros travestis assassinados em Dourados, no período de dez dias, foram Edejoner Pereira de Souza, “Diana” e José Fernandes, “Cidinha”.

[...] No último dia 20, durante a greve da Polícia Militar do Estado, dois travestis foram assassinados a tiros de pistola em Campo Grande. A polícia investiga ligação com os crimes de Dourados. “Pode não ser Oliveira, porque ele usa revólver calibre 38”, disse o delegado.<sup>68</sup>

67 SILVA, H. R. S.; FLORENTINO, C. O. “A sociedade dos travestis: espelhos, papéis e interpretações”. PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (Org.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p. 91.

68 “Policiais procuram suspeitos de matar travestis”. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, p. 5, 8 jan. 1997. Policial. Grifo nosso.

É possível fazer observações de extrema relevância diante desse enunciado e dessa notícia. A primeira, sobre o fato de se perceber a existência de uma vigilância da travesti para com ela mesma e seu grupo, o que lhe permite detectar e questionar o que é ou não uma ameaça, como é o caso da travesti que acionou as polícias Civil e Militar ao reconhecer o acusado nas imediações onde estava. Em seguida, o depoimento dado pelo parente do acusado, que afirmou que este recebia de amigos pagamento em dinheiro para os assassinatos de travestis, possibilita perceber uma forte presença de ideias que estimulam a aniquilação do que está fora do contexto sexualmente imposto. A provável existência de outro assassino indica que esse cenário cruel, no qual esses corpos se espreitam, são reflexos de uma década de 1990 em que o Brasil foi um dos países recordistas em violência e morte contra a comunidade LGBT tendo as travestis como a linha de frente nos casos de homicídio.

O acusado, ao afirmar a seus amigos a autoria de dez mortes entre os anos de 1989 e 1994, motiva indiretamente um crescimento de ONGs e associações ligadas ao público LGBT<sup>69</sup> (termo utilizado na época), como mostra a seguinte notícia, veiculada no *Jornal da Paraíba* em 5 de julho de 1997, novamente nas páginas policiais:

*Uma pesquisa realizada pelo GGB (Grupo Gay da Bahia) em todo país revela que 1.600 homossexuais foram assassinados em 21 estados nos últimos 17 anos.*

Segundo o presidente do GGB, Luiz Mott, 50, 324 dos 1.600 homicídios foram praticados contra travestis. “Mais de 90% dos travestis eram profissionais do sexo, sendo 12 deles menores de 21 anos”. Mott disse também que, somente nos primeiros meses deste ano, o GGB já registrou a ocorrência de 63 assassinatos a homossexuais (11 deles contra travestis).

*“Temos uma média nacional de um homossexual assassinado a cada 3 dias”.*<sup>70</sup>

O Grupo Gay da Bahia (GGB) é considerado um dos grupos não governamentais mais antigos do Brasil. Grupos como ele se mobilizaram e surgiram da necessidade de defesa e de combate à aids, mas também de uma vontade de autonomia, como foi o caso de grupos ligados a travestis, que tinham a intenção de sair de um lugar de fala que as igualassem aos homossexuais, tendo como diferenciação apenas as “vestes femininas”.

A afirmação, a partir dos anos de 1990, por parte dos movimentos organizados de travestis e transexuais de uma identidade de gênero feminina como estratégia política e de

69 A sigla correta utilizada atualmente é LGBTQIAP+, que tem por finalidade fazer referência às múltiplas sexualidades e gêneros existentes em nossa sociedade: L (lésbicas); G (gays); B (bissexuais); T (transgêneros ou travestis); Q (queer); I (intersexuais); A (assexuais); P (pansexuais); e + (para incluir outros grupos de variações sexuais e de gênero).

70 “Grupo registra 1.600 assassinatos de homossexuais em todo o Brasil”. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, p. 4, 5 jul. 1997. Policial. Grifo nosso.

reivindicação de direitos, busca entre outras questões desconstruir a representação do sujeito travesti como “homossexual que se veste de mulher para se prostituir”.<sup>71</sup>

A abertura que se passou a ter para discutir a homossexualidade enquanto tema relevante se originou, em grande medida, a partir da Rebelião de Stonewall, ocorrida no Stonewall Inn, em Nova York, em junho de 1969. Esse bar, frequentado pela comunidade gay, foi palco de um embate entre ela e a Polícia, emergindo, assim, um marco na luta pelos direitos LGBT.

No Brasil, a ascensão de grupos focados em um melhor tratamento para com a comunidade LGBT se deu lentamente. O grupo Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, fundado em 1978, deu voz e vez a outros grupos. Na Paraíba, o segmento Movimento do Espírito Lilás (MEL) formou um dos grupos que melhor atendeu às demandas de seu público-alvo. O MEL

nasceu em 1992, decorrência de grupos que já se organizavam informalmente desde a década de 1980, como o Nós Também, composto por docentes e discentes universitários e o Beira Esquina, gays oriundos das classes populares. Acompanhando o movimento histórico nacional, o MEL começou suas atividades na prevenção das DSTs/AIDS e na defesa dos direitos humanos de homossexuais na Paraíba.<sup>72</sup>

Palavras como “somos”, do grupo Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, e “nós”, do grupo Nós Também, explicitam essa alteridade, que rompe com uma alienação de massa, dizendo: “Fazemos parte de algo. Somos gente e precisamos de respeito e apoio”.

Atualmente, no estado da Paraíba, grupos e associações, como a Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba (ASPTTRANS-PB); o Movimento do Espírito Lilás (MEL), ambos de João Pessoa; entre outros, juntam-se a outros grupos, partilhando da mesma ideologia, que fomenta a busca por igualdade.

### Considerações finais

Ao construir estereótipos estigmatizantes sobre uma suposta essencialidade em “ser” travesti – a saber: a travesti *prostituta*, a travesti *criminosa* e a travesti *aidética* –, o *Jornal da Paraíba* da década de 1990 nos levam à reflexão de que a travesti e seus algozes lembram os paradoxos existentes entre a tríade sujeito-mídia-poder. A sujeita aqui foi a

71 VERAS, E. F. “Modificações ou notas de uma pesquisa sobre imprensa e travestis em Fortaleza nas duas últimas décadas do século XX”. *Anais do I Seminário Internacional Gênero, Sexualidade e Mídia: Olhares plúrais para o cotidiano*, Bauru, SP, 2011. p. 10.

72 NASCIMENTO, S. S. “Uma política travesti: notas etnográficas sobre a campanha eleitoral de Fernanda Benvenutty na Paraíba”. *Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, MG, 2011.

travesti, que se constituiu em nossa escrita como fluída. A *mídia* corresponde ao *Jornal da Paraíba*, que, por jogos discursivos cuidadosamente elaborados, tratou de refletir ideias e ideais baseados em um reducionismo voltado à marginalização e à estigmatização de existências travestis, enquadradas em estereótipos degradantes. Por fim, o *poder* que parte do discurso de ambos os lados sobre si mesmos e sobre os outros, bem como o nosso para com eles.

Todas as questões levantadas até aqui ratificaram o poder do discurso, sua força, em especial quando ele parte de sistemas de dominação que intencionam perpassar relações interdependentes, cruzando-as paralelamente, atingindo os mais variados espaços, grupos e níveis através de suas ordens dialéticas que amparadas na *interdição*, na *separação*, e na oposição *verdadeiro-falso*,<sup>73</sup> anula o que está fora do padrão, separando o discurso que deve circular na sociedade e o que deve ser renegado, por um paralelo entre o que seria “verdadeiro” e “falso”.

As interrogações de Sofia Favero<sup>74</sup> (mulher trans e travesti, forma pela qual ela se autodefine) ao questionar “o que pode um texto? O que podemos falar com uma escrita feminina? De quais formas aquilo que escrevemos pode repercutir politicamente?” nos levará a outras interrogações. As mais variadas formas discursivas apresentadas no *Jornal da Paraíba*, capazes de fazer brotar olhares curiosos sobre estéticas travestis, nos levou a seguinte constatação: os olhos que as *veem* não as *olham*, fazendo emergir conseqüentemente a diferenciação entre a superficialidade do *ver*, que não ativa em si a necessidade do aguçar a analítica das sensibilidades tão presentes no *olhar*.

Posto isso, vale salientar a necessidade e a urgência de se problematizar questões relacionadas a identidades travestis, afinal, os discursos soltos e fragmentados do *Jornal da Paraíba* sobre elas pouco mudaram dos anos 1990 para cá. A produção discursiva que as aponta como *prostitutas*, *criminosas* e *aidéticas* parece insistir em se firmar, traçando uma linha de complementaridade entre esses estereótipos. O contexto de violência da década de 1990, pouco noticiado e solucionado, com dados e estatísticas superficiais, deram lugar à exposição virtual dos espancamentos e assassinatos, que viralizam nas redes sociais, sem ação mais rigorosa para punição.

Pensando nisso, a zona onde fincamos nosso olhar sobre a travesti e o *Jornal da Paraíba* apresentou um caráter muito mais problematizador que meramente informativo, e o fluxo de mudanças nos fez diferenciar um do outro. Quando problematizamos, deixamos brechas para outras discussões. Quando informamos,

73 FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*. São Paulo: Loyola, 1996.

74 FAVERO, S. *Crianças trans: infâncias possíveis*. Salvador: Devires, 2020. p. 35.

caímos na desgraça de supor que essas brechas foram supridas, denotando satisfação. Aqui, colocamo-nos como brechas (agentes problematizadores) por compreender que, embora um grande passo tenha se estabelecido entre nós e a pesquisa aqui apresentada, perguntas das mais variadas continuam em aberto e devem ser não somente respondidas, mas questionadas e refeitas, quando assim for necessário.

Que esta pesquisa sirva de suporte historiográfico para muitas outras, abrindo caminhos para que os estereótipos travestis, fortalecidos pelo *Jornal da Paraíba* se dissipem com a construção de contextos mais equânimes.